

REVISTA BRASILEIRA DA

Habitação



ANO 9 • Nº 10 • OUTUBRO/2017

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COABS E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO E
FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO

■ HORA DE ARRUMAR A CASA

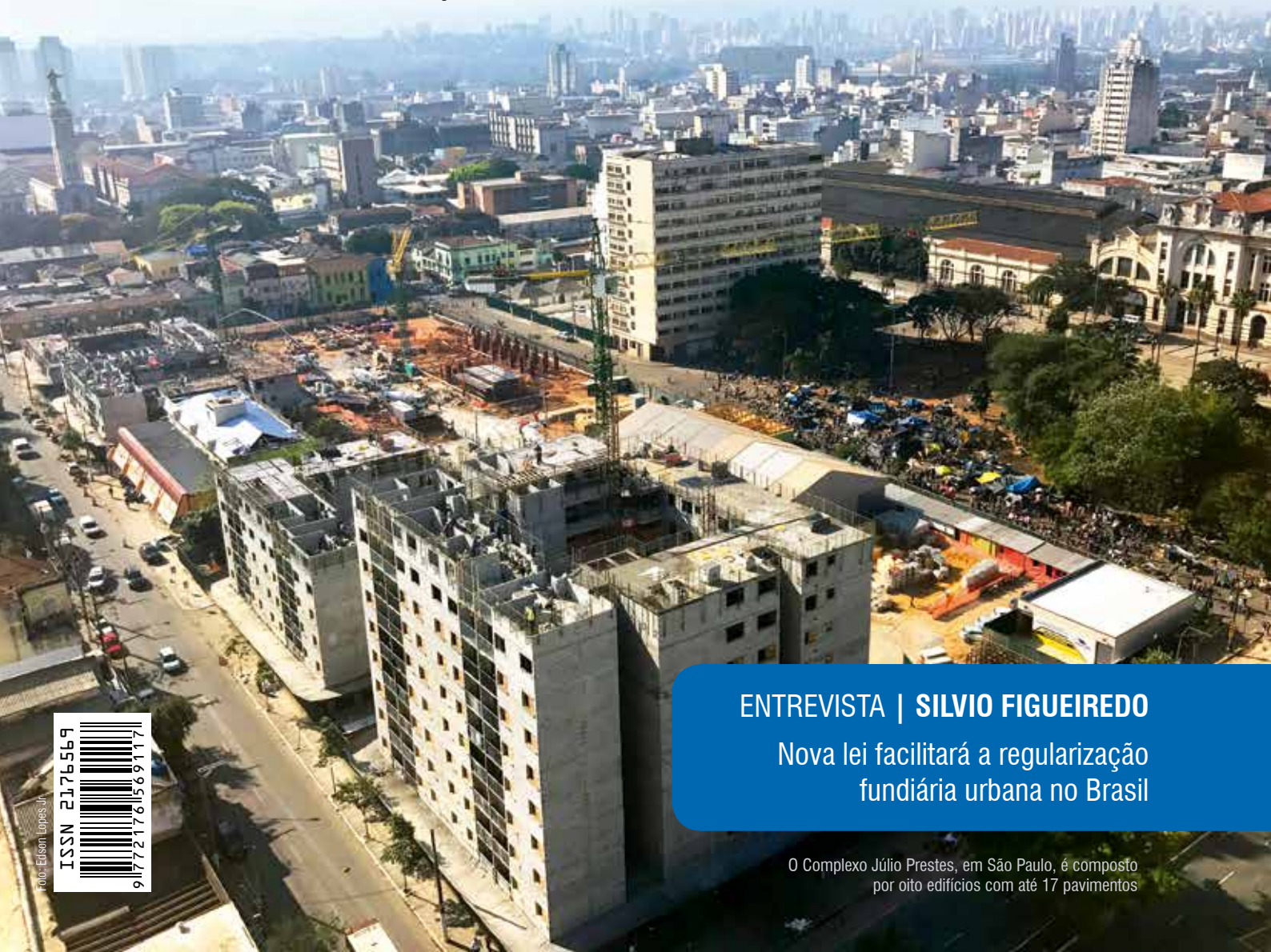
PMCMV ENFRENTA PERÍODO
DE MAIS BAIXO INVESTIMENTO

■ FÓRUM NACIONAL

ESTADOS E MUNICÍPIOS DEBATEM
PRINCIPAIS TEMAS DE HABITAÇÃO

PPP habitacional é realidade

Mais 10 mil famílias vão morar
no centro de São Paulo



ENTREVISTA | SILVIO FIGUEIREDO

Nova lei facilitará a regularização
fundiária urbana no Brasil

O Complexo Júlio Prestes, em São Paulo, é composto
por oito edifícios com até 17 pavimentos





QUASE 3 MILHÕES DE PAULISTAS ESTÃO COM A CHAVE DE UMA VIDA MELHOR EM MÃOS.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Habitação, CDHU e Parcerias Público-Privadas, já entregou mais de 700 mil moradias para quem mais precisa. Com trabalho e inovação, realizamos sonhos para a população que mais precisa.

- CDHU 520.355 MORADIAS ENTREGUES • CASA PAULISTA 66.893 MORADIAS ENTREGUES
- PPP 126 MORADIAS ENTREGUES



4 EDITORIAL

É necessário retomar o círculo virtuoso para a habitação no Brasil

8 ARTIGO

Importância das Cohabs para a habitação



22 PPP

Recursos privados garantem 900 milhões para habitação em São Paulo



15 FÓRUM DE HABITAÇÃO EM SÃO PAULO

As alternativas para manter uma política habitacional com escassez de recursos

26 SELO DE MÉRITO

Criatividade e eficiência, a receita dos estados e municípios



35 CASOS DE SUCESSO

REVISTA BRASILEIRA DA
Habitação

ANO 9 • Nº 10 • OUTUBRO/2017

ISSN 2176-5693

A REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO
É UMA PUBLICAÇÃO DA ABC E DO FNSH DU

SCN Quadra 1, Bloco E, Edifício Central Park, 1907
CEP 70711-903, Brasília/DF, Telefone: (61) 3327-2003
Contato: abc@abc.habitacao.org.br

EXPEDIENTE

Coordenação geral: **Nelson Nicolau Szweg** • Jornalista responsável: **Ana Beatriz Santos Carlos** (MTB 0011240/DF) • Colaboração: **Cecília Parlato** e **Tayane de Paula** • Projeto gráfico e diagramação: **Eduardo Trindade** • Revisão: **Denise Goulart** • Fotos: **Fernanda Santos, Sérgio Willian, Rafael Silva**, divulgação ABC e banco de imagens • Impressão: **Gráfica Athalaia** • Tiragem: **15 mil exemplares** • Distribuição gratuita para todos os estados e municípios brasileiros.

**DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO (ABC)**

Presidente: **Maria do Carmo Avesani Lopez** (Agehab/MS) • Vice-presidente Administrativo e Financeiro: **Dino Athos Schrut** (Prolar Ponta Grossa/PR) • Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais: **Emília Correia Lima** (Cehap/PB) • Vice-presidente de Desenvolvimento Social: **Luiz Antônio Stival Milhomens** (Agehab/GO) • Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico: **João Claudio Klautau** (Codem Belém/PA) • Vice-presidente para Assuntos de Regularização Fundiária: **Alessandro Marques** (Cohab Minas/MG) • Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional e Parcerias: **Carlos Alberto Fachini** (CDHU/SP) • Diretor da Região Norte: **Jorge Mendes** (Sehab/TO) • Diretora Adjunta da Região Norte: **Idiene Marilena Silva Queiroz** (Codesaima/RR) • Diretor Regional Nordeste: **Raul Goiana Novaes Menezes** (Cehab/PE) • Diretora Adjunta Regional Nordeste: **Gilvana Nobre Gayoso Rodrigues Freitas** (ADH/PI) • Diretor da Região Centro-Oeste: **Gilson José Paranhos de Paula e Silva** (Codhab/DF) • Diretor Adjunto Regional Centro-Oeste: **Nelson Ribeiro de Albuquerque Esteves** (Secid/MT) • Diretor da Região Sudeste: **Hélio Ribeiro Duarte** (Cohab Metropolitana/SP) • Diretor Adjunto da Região Sudeste: **Maurício Queiroz Prado** (Cohab Santista/SP) • Diretor da Região Sul: **Marcelo Baldassarre Cortez** (Cohab Londrina/PR) • Diretor Adjunto da Região Sul: **Deloir Scrimin Junio** (Prolar Ponta Grossa/PR) • Secretário Executivo: **Nelson Nicolau Szweg** • CONSELHO FISCAL: Presidente: **João Ronaldo da Nóbrega Filho** (Cehab/RN) • 1º Conselheiro: **Abelardo Luiz Lupion Mello** (Cohapar/PR) • 2º Conselheiro: **Enéas Carvalho Netto** (EMHA Campo Grande/MS)

**DIRETORIA DO FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO (FNSH DU)**

Presidente: **Rodrigo Garcia** (SP) • 1º Vice-presidente: **Vilmar da Silva Rocha** (GO) • 2º Vice-presidente: **Eloisa Helena C. de Freitas Pereira** (MG) • Diretor Região Norte: **Jorge Mendes** (TO) • Diretor Região Norte Adjunto: **Ruy Klautau de Mendonça** (PA) • Diretor Região Nordeste: **Kaio Maniçoba** (PE) • Diretora Região Nordeste Adjunta: **Maria Aparecida de Oliveira Berto Machado** (AL) • Diretor Região Centro-Oeste: **Nelson Ribeiro de Albuquerque Esteves** (MT) • Diretor Região Centro-Oeste Adjunto: **Thiago Teixeira de Andrade** (DF) • Diretor Região Sudeste: **Rodney Miranda** (ES) • Diretor Região Sudeste Adjunto: **Carlos Chambers Ramos** (RJ) • Diretor Região Sul: **Leodegar da Cunha Tiscoski** (SC) • Diretor Região Sul Adjunto: **Abelardo Lupion** (PR)



Momento de grandes desafios

Maria do Carmo Avesani Lopez

Presidente da Associação Brasileira de Cohabs – ABC

A crise que se abateu sobre o Brasil nos últimos três anos provocou a diminuição gradativa do investimento público em habitação para a população de baixa renda; retirou milhares de trabalhadores do mercado de trabalho e reduziu as receitas do FGTS, o principal fundo para financiamento habitacional. Em consequência, temos queda substancial no número de contratações de novas moradias, e já vislumbramos o aumento do déficit habitacional em curto prazo.

O Fórum Nacional de Habitação, que realizamos neste ano em São Paulo, foi importantíssimo para confirmarmos e compreendermos melhor a gravidade do momento pelo qual passa a habitação de interesse social no Brasil. Reunimos gestores públicos de estados, municípios e do Governo Federal, e também as principais lideranças empresariais da construção civil para trocar informações, ideias e impressões sobre o presente e o futuro.

Foi fundamental também para mostrar que não estamos acomodados. Os projetos e as experiências apresentadas no Fórum nos fazem refletir sobre a importância do planejamento, da boa gestão e das parcerias entre o setor público, o setor privado e as entidades sem fins lucrativos. E nos alerta que o momento de dificuldade é propício para buscarmos soluções mais criativas. Foi alentador debatermos as perspectivas reais de promovermos a regularização fundiária urbana em grande escala, resgatando esse importante direito do cidadão.

O desafio é enorme. Nós, gestores públicos, governantes de todas as esferas e os empresários precisamos concentrar todas as nossas energias para encontrarmos o caminho que resgate o mais rapidamente possível o círculo virtuoso pelo qual o investimento em moradia gera emprego, alimenta o FGTS, aquece o consumo, gera tributos e mais investimentos, e assim sucessivamente. A população brasileira tem pressa e espera por medidas certas das suas lideranças. ■



“Dos 4,7 milhões de imóveis construídos [no PMCMV], apenas 4,3% [dos mutuários] reclamaram de algum problema nas unidades habitacionais. Desses, 2,82% são pertinentes e as construtoras regularizam praticamente tudo. Se não regularizar, colocamos em cadastro restritivo. Não operam mais com a CAIXA. De modo que esse programa tem dado muito certo.”

Nelson Antonio de Souza |
Vice-presidente de Habitação da CAIXA



“Para se ter uma ideia da importância do investimento em habitação: o que o setor da construção civil perdeu de empregos desde o início da crise, se você transformar em tamanho da família, é o estado do Amazonas. É como se você tirasse o emprego de todo o estado do Amazonas.”

José Carlos Martins | Presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)



“Gostaríamos de ter realizado muito mais nesses três anos de crise, mas foram tempos de aprendizado em que todos olhamos nossas estruturas, observamos onde era possível melhorar ou cortar, e buscamos com criatividade e inovação novos projetos. Amadurecemos e estamos mais preparados para a retomada do crescimento que o Brasil deve experimentar no próximo ano.”

Rodrigo Garcia | Secretário de Habitação do Estado de São Paulo

Step.

CAMBUCI

UMA NOVA CONQUISTA DEPENDE SEMPRE DO PRÓXIMO PASSO.



APTOS.
2 DORMS.
CLUBE URBANO

A PARTIR DE:
R\$ **198** MIL*

APROVEITE UM CLIMA DE FÉRIAS TODOS OS DIAS.



VISITE O DECORADO

SHOWROOM
RUA DA INDEPENDÊNCIA, 522 - CAMBUCI

3181.7602
engelux.com.br/step

Realização e Construção:



Incorporadora responsável: COLINAS BRASIL EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. Rua dos Pinheiros, 870, 8o andar, conjunto 84, sala H, Pinheiros, São Paulo-SP. Incorporação registrada sob R.02, na matrícula no 226.768 do 6o Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo, em 11/4/2017. As imagens são meramente ilustrativas com sugestão de decoração e paisagismo. A vegetação que compõe o paisagismo retratado nas perspectivas é meramente ilustrativa e representa o porte adulto. Na entrega do empreendimento, poderá apresentar diferenças de tamanho e porte, mas estará de acordo com o projeto de paisagismo. As áreas comuns serão entregues equipadas e decoradas conforme Memorial Descritivo. Os móveis e utensílios são meramente ilustrativos, de dimensões comerciais e não fazem parte do Compromisso de Compra e Venda. *Preço referente às unidades 101, 104 e 105 da torre Life, sem vaga. Tabela de agosto/17, sujeita a alteração sem aviso prévio. Comercialização: Abyara - Creci 20.363.J. Brasil Brokers - Creci 497.J. Impresso em agosto/17.

NO PARANÁ, FICOU MAIS SIMPLES E RÁPIDO SAIR DO ALUGUEL



EM UM MUNDO CADA VEZ MAIS CONECTADO ATRAVÉS DA TECNOLOGIA, A COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARANÁ (COHAPAR) TAMBÉM ESTÁ MODERNIZANDO E DEMOCRATIZANDO O ACESSO À CASA PRÓPRIA.

AGORA, BASTAM ALGUNS CLIQUES PARA FAZER UM CADASTRO ONLINE, CONHECER TODOS OS EMPREENDIMENTOS DISPONÍVEIS À POPULAÇÃO NO PARANÁ E PARTICIPAR DOS PROCESSOS SELETIVOS.

ACESSE WWW.COHAPAR.PR.GOV.BR E FIQUE POR DENTRO DOS ÚLTIMOS EMPREENDIMENTOS LANÇADOS PELA EMPRESA E CONHEÇA ESTA INOVADORA FERRAMENTA DE GESTÃO HABITACIONAL



Projeto de Lei garante isenção de tributos às Cohabs

O Projeto de Lei 7.386/2014 isenta as receitas de empresas como as Cohabs decorrentes da produção e venda de imóveis destinados à população de baixa renda e do recebimento de repasses públicos da contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A proposição, de autoria do deputado Osmar Serraglio (PR), foi aprovada nas Comissões de Desenvolvimento Urbano e Finanças e Tributação da Câmara Federal e aguarda a aprovação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania para ser enviada ao Senado.

Subsídios do PMCMV voltam em forma de impostos

No período de 2010 a 2015, graças ao PMCMV, foram arrecadados cerca de R\$ 66 bilhões em tributos e criados 5 milhões de postos de trabalho, de acordo com estudo divulgado pela CBIC. O impacto sobre o PIB é da ordem de R\$ 120 bilhões ao longo da cadeia da construção civil.

O estudo revela ainda que os subsídios já contratados até 2015 somam R\$ 79,6 bilhões, considerando apenas a parcela aportada diretamente pelo OGU. Assim, cerca de 40% dos recursos retornam a partir dos impostos pagos diretamente pelas obras.



30 mil novas moradias para combater o déficit habitacional nos **246** municípios do Estado



REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | ABC realiza ciclo de seminários nos estados

A ABC, em parceria com o Ministério das Cidades e com vários estados, está realizando ciclos de seminários para divulgação e esclarecimentos sobre o novo marco regulatório da Regularização Fundiária. No mês de novembro estão agendados eventos em Belo Horizonte (dia 10, em parceria com a Cohab/MG) e em Belém (dia 22, em parceria com a Codem). Em setembro e outubro, foram realizados encontros nos estados de Mato Grosso do Sul, Ceará, Rondônia e Bahia. Participam também dos seminários prefeitos, secretários, técnicos dos estados e municípios, registradores, entre outros. O ciclo prosseguirá ao longo de 2018, atendendo outras localidades.



AGEHAB

www.agehab.go.gov.br

 www.facebook.com/agehab.Goias

 www.twitter.com/agehab_go



Cohabs e a sua relevância na política habitacional

Dino Athos Schrut

Diretor-presidente da Companhia de Habitação de Ponta Grossa – Prolar, Vice-presidente Administrativo-financeiro da ABC, Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação

Em meados dos anos 60, surge, no Brasil, a figura das Cohabs, que ganham espaço como promotoras de unidades habitacionais para o então BNH (Banco Nacional de Habitação), montando o SFH (Sistema Financeiro de Habitação) junto ao mercado de habitação popular.

Desde o início, essas companhias foram instituídas sob a forma de sociedade de economia mista. Os sucessivos equívocos nas políticas econômicas das décadas de 70/80 levaram ao fechamento do BNH e à extinção do crédito às empresas de capital majoritariamente público, entre elas, as Cohabs.

Essas companhias ainda herdaram uma cultura de inadimplência dos seus adquirentes e ficaram reféns das mudanças do governo central no que se refere às regras do antigo SFH. Tudo isso contribuiu para expor a incapacidade da máquina pública para trabalhar de forma privada num mercado dinâmico e objetivo, seja por falta de estrutura, seja por má gestão. Muitas Cohabs foram extintas, porém, as que se mantiveram ativas passaram a ser o agente operador das políticas habitacionais dos estados ou municípios.

Superado esse breve relato histórico, atualmente, com a intensidade de programas como o MCMV, loteamentos urbanizados e PPPs, gestores públicos municipais e estaduais com visão acurada, identificaram nessas companhias o apelo político e a capacidade gestora necessários para o desenvolvimento eficiente da máquina pública.

Novos projetos vêm surgindo de forma inteligente, eficiente e produtiva, resgatando a participação das

economias mistas com profissionais qualificados, que promovem oportunidades de moradia com qualidade, atreladas à gestão pública proba e eficiente.

Com o advento da Lei 13.303/2016, um passo foi dado para a profissionalização da gestão das economias mistas, obrigadas a ajustar-se ao mundo corporativo, oportunizando aos novos gestores utilizarem-se do amparo legal para aproximar as necessidades da gestão pública local aos anseios da população. Uma empresa

pública é um importante instrumento para implementar uma política habitacional nos seus estados e/ou municípios, com recursos gerados das suas próprias atividades, desonerando a administração direta.

Ao integrar a habitação com questões como mobilidade urbana, bairros planejados, pequenos e médios municípios, por intermédio de suas Cohabs, produzem relevantes mudanças na política habitacional, superando históricas barreiras, tais

como geografia local acidentada e extensas áreas urbanizadas, que propiciam grande especulação imobiliária, refletindo um planejamento estratégico ágil e eficiente.

Posto isto, o que há vários anos foi considerado um problema – companhias de habitação – hoje reconhecemos como ferramentas de vanguarda, ante sua capacidade, independência, planejamento e profissionalismo. Evidenciam a diferença daqueles que, por conta de uma política retrógrada e deficitária, preferem engessar na administração pública direta a capacidade que a habitação tem de gerar emprego e renda, elevar o índice de inclusão social e, principalmente, movimentar e fomentar o emprego e renda de uma região através de todos os seus programas. ■

"UMA EMPRESA PÚBLICA É UM IMPORTANTE INSTRUMENTO PARA IMPLEMENTAR UMA POLÍTICA HABITACIONAL NOS SEUS ESTADOS E/OU MUNICÍPIOS."

Pernambuco impulsiona política habitacional de interesse social.

A missão da Secretaria Estadual de Habitação vai além de construir moradias. Com saneamento integrado, urbanização, infraestrutura e regularização fundiária, também contribui para melhorar a qualidade de vida dos pernambucanos, promovendo ações de habitabilidade. Em parceria com os municípios de todas as regiões pernambucanas, o Governo do Estado está trabalhando para fazer de Pernambuco um lugar cada vez melhor para viver.



Via Metropolitana Norte

A maior obra de mobilidade e drenagem em execução no estado prevê o alargamento e o revestimento do Canal do Frágoso. Quando concluída, a capacidade de armazenamento d'água do Canal será seis vezes maior do que a atual em um trecho de 4,5km. O projeto também visa a construção de vias marginais, ciclovias e um viaduto que vão agilizar o trânsito e evitar alagamentos na Região Metropolitana do Recife.



**Parcerias
com movimentos
sociais**



**35 mil
beneficiados com
títulos de posse**



**Mais de 16 mil unidades
habitacionais entregues
(14 mil em construção)**



**Requalificação
de vias públicas
(Av. Miguel Arraes)**

Silvio Figueiredo

Diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos do Ministério das Cidades

O ARQUITETO E URBANISTA SILVIO EDUARDO MARQUES FIGUEIREDO TRABALHA HÁ MAIS DE 30 ANOS NA ÁREA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA. AO ASSUMIR O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS URBANOS DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, EM JUNHO DO ANO PASSADO, SILVIO PROPÔS A CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO PARA DISCUTIR UMA NOVA LEGISLAÇÃO QUE PUDESSE AVANÇAR EM RELAÇÃO ÀS NORMAS ATÉ ENTÃO VIGENTES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL. DESTE GT PARTICIPARAM DIVERSOS ESPECIALISTAS COM RECONHECIDA ATUAÇÃO EM BUSCA DE SOLUÇÕES PARA O PROBLEMA, COMO REPRESENTANTES DA ABC, ESPECIALISTAS DO GOVERNO FEDERAL, DO SETOR PRIVADO, BEM COMO JURISTAS E REGISTRADORES. AS DISCUSSÕES INTERNAS ABORDARAM, PRINCIPALMENTE, A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA, CUJA ÁREA DE ATUAÇÃO ESTÁ VINCULADA AO MINISTÉRIO DAS CIDADES. POSTERIORMENTE, FORAM AGREGADAS PROPOSTAS DO INCRA, DOS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES, RESULTANDO NA LEI 13.465, DE 11 DE JULHO DE 2017, QUE SE CONSTITUI NO NOVO MARCO LEGAL DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO BRASIL.

Nesta entrevista à Revista Brasileira da Habitação, o Diretor do Departamento de Assuntos Fundiários Urbanos aborda as principais mudanças da nova legislação e os seus impactos nos processos da regularização fundiária.

REVISTA BRASILEIRA DA HABITAÇÃO
– O que o levou a defender uma nova legislação sobre regularização fundiária, uma vez que estava em vigor a Lei 11.977/2009?

SILVIO FIGUEIREDO – Inicialmente, devemos reconhecer que a Lei 11.977/09 foi um grande avanço, na medida em que possibilitou a regularização de assentamentos irregulares por todo o país, pois criou

novas ferramentas inclusive para a regularização de assentamentos em áreas ambientalmente protegidas; implantou a gratuidade para os registros da regularização de interesse social; criou procedimentos para elaboração e aprovação dos projetos de regularização e alterou as normas para registro das regularizações, facilitando ainda as ações de regularização fundiária de forma administrativa.

Embora com tantas novidades e alterações na legislação, então vigentes, durante a aplicação daquela lei, foi possível verificar uma série de entraves e dificuldades nas ações de desenvolvimento, aprovação e registro dos projetos de

regularização. A legislação anterior não contemplava a solução para determinados casos, que foram incluídos na Lei 13.465/2017.

RBH – O senhor poderia exemplificar esses entraves?

SF – Os procedimentos estabelecidos anteriormente geravam burocracia e morosidade aos processos administrativos. Apenas a título de exemplo, pode-se mencionar avanços como a possibilidade de regularização de usos não residenciais; a regulamentação do direito de laje e o condomínio urbano simples (que permitem a regularização de forma individualizada nos casos de mais de um domicílio no mesmo lote); o condomínio de lotes; a legitimação fundiária; a ampliação da legitimação de posse para outras modalidades da usucapião etc. O novo marco legal também traz inovações como o conceito de informalidade (tratado como núcleo urbano informal) e a desburocratização dos procedimentos de aprovação e registro.

Além de contemplar diversas situações que não encontravam solução na legislação anterior, a Lei 13.465/2017 cria instrumentos e estabelece procedimentos que garantem aos municípios uma maior autonomia nos processos de regularização, diminuindo a burocracia e os prazos para a finalização dos processos.

Em suma, a Lei 13.465/2017 simplifica, desburocratiza, agiliza o processo de regularização e fornece novas ferramentas técnicas e jurídicas para aplicação pelos estados e municípios na garantia da segurança jurídica na posse.

RBH – Qual o conceito estabelecido do Núcleo Urbano Informal na nova legislação?



SF – Diferentemente da legislação anterior, na nova legislação enquadram-se ocupações ordenadas, desordenadas, clandestinas e irregulares, como, por exemplo, condomínios, loteamentos e incorporações ilegais, situados em núcleos informais com usos e características urbanas, mesmo que situados na Zona Rural dos Municípios.

RBH – Outras duas importantes inovações da lei referem-se à legitimação de posse e ao Direito Real de Laje. Em que consistem esses instrumentos?

SF – A legitimação de posse é uma das formas de reconhecimento

extrajudicial da usucapião. Consiste em ato do poder público que reconhece a posse de imóvel objeto da Reurb, conversível em aquisição de direito real de propriedade, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse. Reconhecida a posse com suas características, é conferido o título de legitimação de posse que, cumprido o prazo devido, converte-se em propriedade.

Com o direito real de laje é possível se criar um direito de propriedade para um pavimento superior independente da propriedade da construção-base, ou seja, um cidadão pode alienar a sua laje para que

"O PAPEL DOS ESTADOS E MUNICÍPIOS É FUNDAMENTAL, PRINCIPALMENTE DOS MUNICÍPIOS, POIS ESTES SÃO OS RESPONSÁVEIS PELA ANÁLISE, CONDUÇÃO ADMINISTRATIVA E ENCAMINHAMENTO DOS PROCESSOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA."

terceiro construa em sua propriedade, criando uma propriedade nova com matrícula própria. O direito real de laje permitirá que casas sobrepostas de titulares diversos possam ser regularizadas individualmente, simplificando e viabilizando a Reurb nestes imóveis.

RBH – Como a lei aborda a questão das áreas públicas invadidas? Quais são as diferenças entre a ocupação de interesse social e a de interesse específico?

SF – A lei não trata especificamente da questão de áreas públicas invadidas. A lei estabelece instrumentos e procedimentos para que, mediante a decisão do poder público, as diversas situações de irregularidade possam ser solucionadas. Trata-se de uma prerrogativa do poder público local a decisão de regularizar ou não determinada situação.

Em relação à regularização de interesse social e interesse específico, a regularização fundiária de interesse social – Reurb-S é aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal. Aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como de baixa renda, aplica-se a modalidade de regularização de interesse específico – Reurb-E. A diferença entre as duas modalidades visa exclusivamente à identificação dos responsáveis pela implantação ou adequação das obras de infraestrutura essencial e ao reconhecimento do direito à gratuidade das custas e emolumentos notariais e registrais.

RBH – Uma crítica que se faz à nova lei é que ela poderá incentivar mais ocupações de áreas. Como o senhor vê essa questão?

SF – Em relação à regularização fundiária urbana, a Lei 13.465/2017 prevê um marco temporal somente para aplicação do instrumento da legitimação fundiária, que poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes até 22 de dezembro de 2016. Salienta-se que a nova lei não isenta as obrigações e procedimentos relacionados ao parcelamento regular de solo, bem como as obrigações dos municípios em relação à gestão, fiscalização e controle da ocupação de áreas urbanas.

Além disso, a lei prevê a aplicação dos artigos 37 a 52 da Lei 6.766/79, que trata do crime contra a Administração Pública e das penalidades para quem der início, de qualquer modo, ou efetuar loteamento ou desmembramento do solo para fins urbanos, sem aprovação do órgão municipal competente.

RBH – O Ministério das Cidades possui dados que possam mensurar qual a demanda de áreas e da população que serão beneficiadas por essa nova lei?

SF – Os dados mais confiáveis relacionados à demanda são oriundos dos processos de seleção de propostas promovidos pelo Ministério das Cidades e pelo Programa Terra Legal (Ministério do Desenvolvimento Agrário). Reunindo os processos oficiais de captação de demanda dos anos de 2013 e 2016, e somando-se às áreas já doadas aos municípios da Amazônia Legal, no âmbito do Programa Terra Legal, tem-se uma demanda sistematizada e conhecida de mais de 2,8 milhões de imóveis por regularizar.

RBH – Qual a sua expectativa em relação aos reflexos da aplicação na nova lei no curto prazo?

SF – A nova legislação causou um grande impacto positivo nas ações de regularização fundiária urbana, sendo que vários entes federativos iniciaram sua aplicação. A título de exemplo, a legislação destravou aproximadamente a titulação de 13.000 imóveis no Pará, 4.500 no Rio Grande do Norte, mais de 5.000 em Manaus, sem contar um número enorme no município de São Paulo, entre outros que já estão utilizando os novos instrumentos, como a legitimação fundiária.

Há de se considerar que a nova legislação viabiliza a regularização urbana nos estados e municípios que compõem a Amazônia Legal, e já passa de 412 núcleos urbanos informais que foram doados pela União para serem regularizados, beneficiando aproximadamente 1.000.000 de pessoas.

RBH – Como a nova legislação trata os processos de regularização que já estão em andamento?

SF – A nova lei, em seu art. 75, previu uma fase de transição para os processos de regularização iniciados até sua publicação (11 de julho de 2017) que poderão, a critério do ente promotor, ser regidos pela legislação anterior, pela nova lei ou se utilizar de procedimentos e ferramentas de ambas as leis.

RBH – Como a lei trata da regularização em áreas urbanas e rurais? Quais são as diferenças entre estas áreas?

SF – A lei contempla a regularização fundiária rural e urbana, a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal. E também institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da



União, porém, são áreas de atuação com procedimentos e conceitos completamente diferentes, não havendo parâmetros de comparação. Na questão urbana, como já esclareci, a lei prevê a regularização de núcleos informais com usos e características urbanas, ainda que situados em zona rural.

RBH – Quais serão os próximos passos do Governo Federal para tornar a lei efetiva?

SF – Os próximos passos estão relacionados à elaboração de um Programa Nacional de Regularização Fundiária Urbana que contemplará ações de capacitação, assistência e apoio técnico aos municípios na implantação de suas ações de regularização fundiária urbana.

RBH – Qual será o papel dos estados e municípios para o desenvolvimento desse processo?

SF – O papel dos estados e municípios é fundamental, principalmente dos municípios, pois estes são os responsáveis pela análise, condução administrativa e encaminhamento dos processos de regularização fundiária urbana. Cabe destacar que o Governo Federal não atua diretamente nos processos de regularização fundiária urbana, sendo esta uma atribuição exclusiva dos municípios. No âmbito do Governo Federal, o único órgão que atua diretamente na regularização fundiária é a Secretaria do Patrimônio da União, responsável pela gestão das áreas pertencentes à União.



1 | Presidente: **Maria do Carmo Avesani Lopez** (Agehab/MS)
 2 | Vice-presidente Administrativo e Financeiro: **Dino Athos Schrut** (Prolar Ponta Grossa/PR)
 3 | Vice-presidente de Programas Habitacionais e Arranjos Institucionais: **Emília Correia Lima** (Cehap/PB)



4 | Vice-presidente de Desenvolvimento Social: **Luiz Antônio Stival Milhomens** (Agehab/GO)
 5 | Vice-presidente de Desenvolvimento Tecnológico: **João Claudio Klautau** (Codem Belém/PA)



6 | Vice-presidente para Assuntos de Regularização Fundiária: **Alessandro Marques** (Cohab Minas/MG)
 7 | Vice-presidente de Desenvolvimento Institucional e Parcerias: **Carlos Alberto Fachini** (CDHU/SP)



8 | Diretor da Região Norte: **Jorge Mendes** (Sehab/TO)
 9 | Diretora Adjunta da Região Norte: **Idiene Marilena Silva Queiroz** (Codesaima/RR)
 10 | Diretor Regional Nordeste: **Raul Goiana Novaes Menezes** (Cehab/PE)



11 | Diretora Adjunta Regional Nordeste: **Gilvana Nobre Gayoso Rodrigues Freitas** (ADH/PI)
 12 | Diretor da Região Sudeste: **Hélio Ribeiro Duarte** (Cohab Metropolitana/SP)
 13 | Diretor Adjunto da Região Sudeste: **Maurício Queiroz Prado** (Cohab Santista/SP)



14 | Diretor da Região Sul: **Marcelo Baldassarre Cortez** (Cohab Londrina/PR)
 15 | Diretor Adjunto da Região Sul: **Deloir Scrimin Junio** (Prolar Ponta Grossa/PR)
 16 | Diretor da Região Centro-Oeste: **Gilson José Paranhos de Paula e Silva** (Codhab/DF)



17 | Diretor Adjunto Regional Centro-Oeste: **Nelson Ribeiro de Albuquerque Esteves** (Secid/MT)
CONSELHO FISCAL
 18 | Presidente: **João Ronaldo da Nóbrega Filho** (Cehab/RN)



CONSELHEIROS
 19 | **Abelardo Luiz Lupion Mello** (Cohapar/PR)
 20 | **Edison Bastos Gasparini Júnior** (Cohab Bauru/SP)
 21 | **Enéas Carvalho Netto** (EMHA Campo Grande/MS)





Durante o evento foram apresentados cenários e discutidas as perspectivas para a habitação de interesse social

Fórum de habitação explicita problemas e indica novas alternativas

Representantes do Governo Federal, estados, municípios e da iniciativa privada apontaram que inovação e criatividade são essenciais para enfrentar a crise

Com a participação de mais de 500 pessoas, o Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) foi realizado nos dias 22, 23 e 24 de agosto, em São Paulo. Em sua 64ª edição, o evento reuniu instituições públicas e da iniciativa privada que atuam no setor de habitação de interesse social para debater ações e alternativas em meio à escassez de recursos públicos para a moradia popular no Brasil. Foram representados 22 estados, o Distrito Federal e dezenas de municípios.

A Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) e o Fórum Nacional de Secretários de Habitação e Desenvolvimento Urbano (FNSHDU) realizam anualmente o Fórum Nacional de Habitação, e nesta edição o evento

contou com o apoio da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e da Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo.

A escassez de recursos públicos e a busca de alternativas com parcerias, melhorias na gestão e soluções inovadoras foram as questões centrais abordadas nos debates.

Durante os três dias do evento foram realizadas mesas de debates para troca de experiências e conhecimentos acerca dos trabalhos desenvolvidos pelas Secretarias, Companhias e Agências de Habitação em estados e municípios. Na abertura, ocorreu o lançamento do livro "CDHU 50 anos", promovido pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo.

O GOVERNO DO ESTADO CONSTRÓI UMA NOVA REALIDADE PARA A HABITAÇÃO NA BAHIA.

BAHIA

O Governo do Estado vem trabalhando cada vez mais para oferecer moradia de qualidade a todos os baianos. Já são mais de 300 mil famílias beneficiadas com obras de urbanização, saneamento, melhorias e construções de novas casas. A gente sabe que ainda tem muito para ser feito. Por isso, aqui o trabalho não para.



Fórum Nacional



Ex-presidentes da CDHU prestigiaram a abertura do Fórum e o lançamento do livro que conta a história dos 50 anos da maior companhia de habitação do Brasil

Com o intuito de contribuir para o desenvolvimento qualitativo da política habitacional no Brasil, a ABC e o FNSH DU premiaram 15 projetos de diferentes órgãos públicos que foram apresentados e debatidos no decorrer do Fórum. Já na tarde do primeiro dia foram apresentados e debatidos os seguintes projetos: Concurso Público de Projetos de Arquitetura (Codhab/DF); Sistema de Informações sobre Necessidades Habitacionais do

Paraná (Cohapar/PR); Programa Habitacional Financiado e Subsidiado (Agehab/MS); Projeto de Regularização Fundiária "Fé em Deus" (Cohab/PA); Programa Municipal de Regularização Fundiária "Chão Legal" (Codem-BL/PA); Urbanização Integrada de Assentamentos Precários na APA da Bacia Billings (Sehab-São Bernardo do Campo/SP). Os demais projetos foram apresentados em outras cinco mesas temáticas.



Apresentação dos projetos premiados com o Selo de Mérito da Codhab/DF, Cohapar/PR, Agehab/MS, Cohab/PA, Codem-BL/PA e da Sehab-São Bernardo do Campo/SP concluiu as atividades do primeiro dia do Fórum

Temas em debate

Regularização fundiária

Segundo dados do Ministério das Cidades, o Brasil possui mais de 50% dos seus imóveis urbanos com alguma irregularidade fundiária. A Lei Federal 13.465, de 11 de junho de 2017, busca enfrentar de forma incisiva essa realidade. O intuito é desburocratizar, simplificar, agilizar e destravar os procedimentos do poder público e dos cartórios.

A primeira mesa de debate do Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social discutiu o novo marco legal da regularização fundiária. Foram convidados para tratar do tema o diretor do Departamento de Assuntos Fundiários e Urbanos do Ministério das Cidades, Silvio Figueiredo; o diretor do Departamento de Orçamento das Estatais do Ministério do Planejamento, André Nunes; a diretora social do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (Irib), Naila Khuri, e o diretor de Desenvolvimento Institucional e Cooperação Técnica da Agência Goiana de Habitação, Murilo Barra. A mesa foi coordenada pelo presidente do Comitê de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo, Renato Goes, que é profundo conhecedor do tema.

O diretor do departamento de Assuntos Fundiários e Urbanos do Ministério das Cidades, Silvio Figueiredo, destacou que essa nova política nacional de regularização fundiária será desenvolvida por intermédio de uma articulação interfederativa.

“A ideia é trabalhar com todos os entes da Federação e em larga escala para que estados e municípios sejam a base de toda a política do Ministério das Cidades. Ou seja, fazer com que todos os programas



A mesa coordenada pelo presidente do Comitê de Regularização Fundiária do Estado de São Paulo, Renato Goes, abordou os principais pontos da Lei 13.465/2017. O tema foi apresentado pelo diretor do Departamento de Assuntos Fundiários e Urbanos do Ministério das Cidades, Silvio Figueiredo; pela diretora social do Irib, Naila Khuri; por André Nunes, representando a SPU, do Ministério do Planejamento, e pelo diretor da Agehab/GO, Murilo Barra

“A IDEIA É TRABALHAR COM TODOS OS ENTES DA FEDERAÇÃO E EM LARGA ESCALA PARA QUE ESTADOS E MUNICÍPIOS SEJAM À BASE DE TODA A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS CIDADES.”

do Ministério, tanto na área da Secretaria Nacional de Habitação como na Secretaria Nacional de Saneamento, tenham o componente regularização fundiária incluído em seus programas”, afirmou Silvio.

O alcance da regularização fundiária urbana no país será ampliado, pois a lei dispõe de novos conceitos de núcleo urbano, núcleo urbano informal e núcleo urbano

informal consolidado. Segundo a diretora social do Irib, a nova legislação irá facilitar o processo de legitimação fundiária, e o segmento dos registradores de imóveis está entusiasmado com as mudanças. Ela destacou que este marco poderá prover aos proprietários de imóveis irregulares melhores condições de habitabilidade da casa, por exemplo, fazer reforma ou abrir novos negócios. E também obter financiamento junto aos bancos. Para Naila, outra grande mudança será a regularização dos imóveis da União, que serão regulamentados em ato específico da Secretaria do Patrimônio da União (SPU).

Além disso, as novas regras ampliarão as possibilidades de acesso à terra urbanizada pela população de baixa renda. Haverá um registro de ato único, que dispensa a necessidade de título individual para cada beneficiário, e nos casos de regularização fundiária de interesse social, o registro será gratuito.

DINAMICA
ENERGIA SOLAR

Energia Fotovoltaica e Aquecimento Solar

A Dinâmica Energia Solar está localizada na cidade de São Carlos/SP, importante centro industrial do interior do Estado e conhecida como Capital da Alta Tecnologia®. Fundada em 2002, a Dinâmica atua no mercado de geração de energia solar e desde então já realizou a instalação de mais de 70.000 sistemas em todo território nacional, sempre no modelo turn key, ou seja, entregamos o projeto em condições de pleno funcionamento, sem nenhum trabalho ou responsabilidade do cliente.



16 3419.3000

www.dinamicaenergiasolar.com.br

[f @dinamicaenergias](https://www.facebook.com/dinamicaenergias)

Av. Gregório Aversa, 600 - Recreio
São Judas Tadeu, São Carlos/SP.

Déficit habitacional qualitativo

A mesa de debates para tratar do tema contou com a participação do diretor do Departamento de Melhoria Habitacional e coordenador do Cartão Reforma, Álvaro Lourenço, e do secretário municipal de Infraestrutura e Obras Públicas da Prefeitura de Salvador, Antônio Almir Santana Melo Jr. O debate foi coordenado pela presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez.

O programa Cartão Reforma, do Ministério das Cidades, foi apresentado por Álvaro Lourenço como uma importante medida para combater o déficit habitacional qualitativo. O programa visa melhorar a infraestrutura das moradias de famílias com renda mensal de até três salários mínimos, por meio de transferência de recursos para a população selecionada pelos

municípios. Segundo Álvaro, as soluções para o déficit qualitativo são mais complexas do que para o déficit quantitativo, pois cada moradia tem necessidades diferentes, ou seja, não há uma fórmula a ser seguida. Além disso, mais de 30 milhões de moradias não têm histórico no senso habitacional de 1980 até 2010, e muitas dessas casas foram construídas no sistema de autoconstrução.

O secretário Antonio Almir apresentou o Programa Morar Melhor, do município de Salvador, que busca combater o déficit qualitativo das moradias por meio de projetos de reformas em bairros selecionados, de modo a requalificar as regiões da cidade. O programa, já em estágio avançado de execução, irá recuperar e melhorar as unidades habitacionais nos 160 bairros e 3 ilhas da cidade de Salvador, beneficiando 100 mil famílias.



À esquerda, a presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez, e o diretor do Departamento de Melhoria Habitacional e coordenador do Cartão Reforma, Álvaro Lourenço. À direita, o secretário municipal de Infraestrutura e Obras Públicas da Prefeitura de Salvador, Antônio Almir Santana Melo Jr, e o presidente da Agehab Goiás, Luiz Stival

Cidade sustentável

O professor da Escola Politécnica/USP e representante da Organização Internacional para Padronização (ISO), Alex Abiko, apresentou a Norma Técnica ABNT NBR ISO 37120 para serviços urbanos e qualidade de vida. Na mesma mesa foram apresentados e debatidos os projetos premiados com o Selo de Mérito desenvolvidos pela Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar/PR), pela Companhia Popular de Habitação da Paraíba (Cehap) e pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia. O debate foi coordenado pelo presidente da Codem de Belém, João Claudio Klautau.



Foram apresentados os projetos ganhadores do Selo de Mérito 2017 que aproveitaram ideias e novas tecnologias para a construção de bairros sustentáveis, e também os indicadores estipulados pela primeira norma brasileira de desenvolvimento urbano sustentável



A Locação Social, uma das alternativas para diminuir o déficit habitacional no país, foi tema de debate durante o Fórum Nacional de Habitação de Interesse Social 2017

Locação social

O tema da locação social foi abordado na mesa de debates coordenada pelo vice-presidente da ABC e presidente da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar), Dino Athos Schrut. Foram apresentadas as experiências de locação social desenvolvidas pela Cohab Metropolitana de São Paulo e pela CDHU, ambas com foco no atendimento à população idosa, sendo que nesses casos as despesas com moradia representam no máximo 15% da renda familiar.

Participaram da mesa a diretora do Departamento de Planejamento e Gestão Urbano do Ministério das Cidades, Diana Motta, e o vice-presidente do Sindicato da Indústria da Construção de São Paulo (Sinduscon-SP), Ronaldo Cury.

Diana Motta afirmou que o Ministério das Cidades considera que a locação social é um tema crucial atualmente para as políticas públicas, e especialmente para a política habitacional. Há pesquisas do Ministério indicando que o maior componente do déficit habitacional é o ônus com aluguel, atingindo principalmente jovens, idosos e outras famílias que necessitam de aluguel subsidiado. Ela anunciou que será lançado brevemente um programa nacional de locação social.

Ronaldo Cury apresentou um estudo realizado pelo Sinduscon-SP acerca do déficit habitacional entre os anos de 2009 até 2015. Ele defende que para atender à necessidade habitacional nas grandes cidades, a política habitacional deve abranger também as PPPs, a locação social, *retrofit* e envolver todos os entes públicos.

Sistemas construtivos inovadores na HIS

O assessor do Ministério das Cidades do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H), José Sergio dos Passos Oliveira, esclareceu que os projetos construtivos não convencionais passam por um criterioso processo de certificação, cujos colegiados abrangem empresários, entidades, sociedade civil e poder público. Só após a certificação, sistemas construtivos estarão aptos a obter financiamentos do FGTS. Para ilustrar o uso de novas tecnologias na habitação de interesse social, foram apresentados os projetos premiados com o Selo de Mérito 2017 da Cohab Curitiba, da CDHU e da Agência Goiana de Habitação.



Na mesa Certificação de Sistemas Construtivos, o diretor técnico da Cohab Curitiba, Mauro César Kugler; o coordenador do Comitê de Inovação e Sustentabilidade da CDHU, Silvio Vasconcelos; o diretor técnico da Agehab Goiás, Marcel Bruno Souza; e o especialista em infraestrutura do PBQP-H, José Sergio dos Passos Oliveira



PMCMV: hora de arrumar a casa

Apesar das dificuldades financeiras, serão selecionadas 170 mil unidades habitacionais do PMCMV Faixa 1 e na modalidade Entidades em 2017, porém, a contratação total será concluída somente em 2018. Com essa afirmação, a secretária nacional de Habitação, Maria Henriqueta Alves, iniciou a primeira exposição da mesa de diálogo sobre o tema. A última mesa de diálogo do Fórum contou também com a participação do vice-presidente de Habitação da Caixa, Nelson Antonio de Souza; do presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), José Carlos Martins; da presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez; do secretário de Habitação do Estado de SP e presidente do FNSHDU, Rodrigo Garcia, e do coordenador do Comitê de Incorporação da Abrainc, Ricardo Gontijo.

De acordo com Henriqueta, até agosto deste ano foram contratadas 272.818 unidades habitacionais em todas as faixas de renda. Isso corresponde a 45% da meta de 2017, que era de 610 mil unidades.

O volume de contratação é o menor dos últimos anos, conforme demonstra o gráfico.

A secretária enfatizou que em razão da falta de recursos, o Ministério das Cidades priorizou realizar os pagamentos das construtoras em atraso e manter o fluxo em dia, pois a inadimplência do governo em relação às obras já concluídas era muito grande.

“Estamos empenhados também numa campanha de recuperação da imagem do programa. Criamos as bases legais para retomar as unidades que foram cedidas, alugadas ou vendidas indevidamente, e vamos fazer isso”, frisou Henriqueta.

Henriqueta ressaltou a importância de outras medidas, como a revisão da modalidade Sub-50 e o aperfeiçoamento das regras de seleção. Além disso, anunciou que o Ministério das Cidades está estruturando a proposta de um programa nacional de locação social utilizando PPP e outros modelos alternativos de concessão.



Os desafios e expectativas para o PMCMV foi tema da última mesa de debates, que contou com a participação de autoridades do setor

*Belém
encanta pelos
olhos e conquista
pelo sabor.*



**Encontro Mundial
das Cidades Criativas
da Gastronomia**

Belém, 07 a 11 de novembro.



Realização:



Organização:
Associação das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO/UNEP

Coordenação:
Departamento de Políticas de Alimentos - FAO

PREFEITURA DE BELÉM **GOVERNO DO PARÁ**

Patrocínio:



Importância para o crescimento econômico

O PMCMV foi responsável pela contratação de 4,8 milhões de moradias e pela geração de 1,2 milhão de empregos, de acordo com o coordenador do Comitê de Incorporação da Abrainc, Ricardo Gontijo. Por essa razão, a redução do investimento em habitação compromete as metas de crescimento do Brasil.

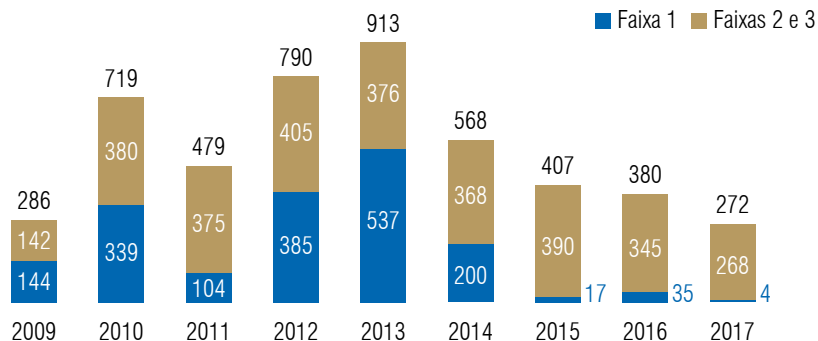
Outro aspecto é a relevância social. Famílias que ganham entre 1,6 mil e 4 mil reais por mês têm acesso ao financiamento da casa própria graças aos subsídios do PMCMV, vez que as taxas de juros no Brasil são muito elevadas. Ele frisou também que a quantidade de moradias construídas garantiu que tivéssemos atualmente o mesmo déficit de 7 anos atrás, portanto, a redução do ritmo de contratações irá aumentar a necessidade por moradias.

Investimento público está comprometido

Durante o debate, o presidente da CBIC, José Carlos Martins, lembrou que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto, aprovada em 2016, irá impactar profundamente a política de investimento público no Brasil. As empresas precisam trabalhar com esse cenário, que no futuro promete ser promissor, mas que é necessário muito trabalho e criatividade no dia a dia para que as empresas tenham condições de sobreviver até lá.

“Temos que utilizar toda a nossa energia e criatividade para encontrar soluções que saiam fora da caixinha, porque não dá só para apostar no feijão com arroz”, enfatizou José Carlos ao destacar a importância das parcerias público-privadas e da qualidade da gestão pública.

Contratação habitacional do PMCMV (milhares)



Fonte: Ministério das Cidades e Abrainc. *Os dados de 2017 são referentes até o dia 31 de agosto.

Programa bem avaliado

O presidente da CBIC também criticou a ênfase que foi dada nos noticiários sobre os aspectos negativos do relatório da Controladoria-Geral da União referente ao PMCMV, o que foi corroborado pela exposição do vice-presidente da CAIXA, Nelson Antonio. José Carlos afirmou que o relatório não tratou da Faixa 1 e do FAR, mas somente dos imóveis das Faixas 2 e 3. Segundo ele, a análise apresentada demonstra

que 81% desses compradores estão satisfeitos ou muito satisfeitos. O índice de insatisfação decorre, na maior parte, da falta ou da insuficiência de equipamentos sociais ou de serviços, principalmente transporte. Apenas 7% referem-se a problemas construtivos.

O vice-presidente da CAIXA confirmou que esses índices também foram identificados pelo Programa de Qualidade da CAIXA, sendo que muitos foram ou estão sendo resolvidos.



É preciso ter pressa...

Após fazer uma síntese dos assuntos tratados, o presidente do FNSH DU, Rodrigo Garcia, chamou atenção para o “senso de urgência” que os governos e a sociedade precisam ter para enfrentar os graves

problemas do Brasil. Ele justificou essa “pressa” enfatizando que, no início do século, o Brasil entrou no melhor momento produtivo da sua história, em que a maior parte da população encontrava-se na faixa etária entre 18 e 60 anos. Vivemos o chamado bônus demográfico, que é uma oportunidade histórica para as nações crescerem e se desenvolverem. E concluiu que “passados mais de 15 anos, portanto metade do período desse bônus, ainda estamos falando em déficit de moradias, de infraestrutura e de serviços públicos. Se não formos rápidos e eficientes, perderemos essa rica oportunidade de transformar o Brasil em um país desenvolvido e socialmente justo”.

São Paulo viabiliza primeira PPP para habitação de interesse social

O projeto conta com 900 milhões da iniciativa privada e garante 10 mil moradias para quem trabalha no centro de São Paulo

O aporte de recursos privados e a participação de empresas na construção de habitação de interesse social em parceria com o governo foi objeto de intensa e esclarecedora discussão no Fórum deste ano.

Para apresentar o projeto de Parceria Público-Privada (PPP) e debater os benefícios dessa alternativa, foram convidados a secretária executiva da PPP da Habitação da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, Andra Robert; a Procuradora do Estado de São Paulo, setorial de

Habitação, Inês Coimbra, e o diretor da PPP Habitacional da Empresa Canopus, Hubert de Carvalho.

A primeira Parceria Público-Privada na construção de habitações de interesse social no país foi idealizada pela Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo. O projeto busca revitalizar o centro expandido de São Paulo para aumentar o fluxo de pessoas e comércio no período noturno, além de gerar empregos e aproximar a moradia do trabalho.

Para colocar em prática o projeto da PPP no município, foi realizado um convênio com a prefeitura e um processo de chamamento público para construção e reforma de 10 mil unidades habitacionais. Os locais de intervenção selecionados foram nos distritos da Sé e República, e nos bairros do entorno do Brás, Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Cambuci, Liberdade, Mooca, Pari e Santa Cecília. A vencedora da licitação foi a empresa Canopus.



O projeto da PPP prevê a construção de unidades habitacionais de interesse social na área central da cidade de São Paulo, favorecendo a requalificação urbana e o melhor aproveitamento de grande número de imóveis subutilizados na região

Do total das unidades habitacionais, 90% serão destinados a quem ganha até cinco salários mínimos, e os demais, a famílias que recebem até dez salários. As primeiras moradias da PPP da habitação popular foram entregues em dezembro de 2016, na rua São Caetano, na região central da capital. A ideia é aproveitar melhor a infraestrutura da região central, melhorar as condições urbanísticas do centro da cidade, reduzir o tempo de



Manutenção até o ano de 2035

Para o diretor da Canopus, Hubert de Carvalho, o mais importante para viabilizar a operação foi a estrutura de garantias que o poder público ofereceu. Ele explicou que a empresa ficará vinculada ao projeto por 20 anos, sendo responsável por toda a manutenção dos prédios, dos sistemas de elétrica, hidráulica, conservação e manutenção dos elevadores. Para reduzir as despesas de manutenção, estão sendo utilizados materiais e equipamentos da melhor qualidade.

Hubert destacou outro efeito positivo da construção de moradias na região central de São Paulo: estimular outros empresários para que também invistam no local, reaproveitando prédios e terrenos que hoje estão subutilizados. “Isso revitaliza a nossa cidade e traz de novo a vida que o centro pode ter”, concluiu.

deslocamento dos trabalhadores e proporcionar mais qualidade de vida aos beneficiários.

Segundo a secretária executiva da PPP da Habitação da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo, Andra Robert, o projeto da PPP no centro expandido de São Paulo envolveu três agentes: o estado, a população não atendida pelo mercado regular de habitação e as empresas privadas. Ela destacou a importância da criação da Casa Paulista em 2011, que é o agente operador do Fundo Paulista de Habitação de Interesse Social e do Fundo Garantidor Habitacional. “O intuito é trazer a participação da iniciativa privada para a produção de HIS. É provocar uma inovação na superação do modelo vigente, que era ter o estado totalmente como provedor da habitação de interesse social”, completou Andra.

Para a realização deste projeto, a Secretaria de Habitação forneceu a lista de mutuários e os terrenos. A empresa Canopus investirá R\$ 919 milhões durante as obras para construção de moradias, infraestrutura, de creche, anfiteatro, escola de música, praças, além de prédios comerciais e de serviços. O poder público aportará R\$ 465 milhões, divididos ao longo de 20 anos.



Apresentaram o projeto e debateram os benefícios da parceria a secretária executiva da PPP da Habitação da Secretaria de Habitação/SP, Andra Robert; a Procuradora do Estado – setorial de Habitação, Inês Coimbra, e o diretor da PPP Habitacional da empresa Canopus, Hubert de Carvalho. Também integraram a mesa João Klautau, da Codem Belém, e Maria do Carmo Avesani Lopez

Escolha dos locais e seleção das famílias

A identificação dos locais no centro de São Paulo que poderiam ser aproveitados foi realizada por uma empresa contratada, que percorreu a cidade catalogando prédios, barracões, estacionamentos e terrenos que fossem economicamente viáveis e adequados ao projeto. Entre as áreas escolhidas, há várias às margens de linhas de trem, onde existem terrenos vagos e prédios abandonados. Além disso, o projeto prevê a construção de espaços comerciais no andar térreo das edificações para atenuar o esvaziamento noturno da região central.

Para participar da seleção, os beneficiários precisam preencher alguns requisitos, como ter ao menos um

dos membros da família trabalhando na área central da cidade; estar na faixa de renda familiar mensal bruta de 1 a 5 salários mínimos; não ter imóvel próprio ou financiado em qualquer parte do país, e não ter sido atendido por algum programa habitacional público.

O primeiro chamamento contou com a inscrição de cerca de 180 mil interessados. A seleção se dá por meio de sorteio público e atende somente às famílias que preencherem os requisitos do programa e que tenham condições de obter financiamento. O valor da prestação varia de acordo com a capacidade de pagamento, o que é possível com o subsídio do governo do estado.

Com mais de 47 anos,

a Tenda já construiu a felicidade de milhares de famílias e vem construindo, a cada dia, uma nova história pelo Brasil.

Somos uma construtora focada em empreendimentos vinculados ao programa Minha Casa, Minha Vida e a nossa maior preocupação é a qualidade dos serviços prestados aos nossos clientes. Por isso, somos rigorosos quanto à escolha de materiais de construção e à capacitação de nossa equipe profissional.



acesse **tenda.com**

TENDA
Construindo Felicidade
CRECI/SP 19766-J

PPP HABITACIONAL

ORGULHO DE FAZER PARTE DA PRIMEIRA PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA HABITACIONAL DO PAÍS.

IMAGEM EM PERSPECTIVA
COMPLEXO JÚLIO PRESTES



- A PRIMEIRA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) DE HABITAÇÃO DO BRASIL
- ATENDIMENTO À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA
- REQUALIFICAÇÃO URBANA NA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
- CONSTRUÇÃO DE 3.683 MORADIAS
- CONSTRUÇÃO DE ÁREAS INSTITUCIONAIS E NÃO RESIDENCIAIS
- EXECUÇÃO DE OBRAS DE INFRAESTRUTURA
- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO AO MUTUÁRIO
- TRABALHO TÉCNICO E SOCIAL DE PRÉ E PÓS-OCUPAÇÃO
- APOIO À GESTÃO CONDOMINIAL E MANUTENÇÃO PREDIAL



RESIDENCIAL SÃO CAETANO
ENTREGUE EM 2016
126 APARTAMENTOS



RESIDENCIAL ALAMEDA GLETE
CONCLUSÃO DE OBRA: AGOSTO DE 2017
91 APARTAMENTOS



COMPLEXO JÚLIO PRESTES
EM CONSTRUÇÃO
1.202 APARTAMENTOS



Gestão eficiente e soluções inovadoras foram destaques no Selo de Mérito 2017

Faltam recursos, mas não criatividade: gestores públicos buscaram novas soluções para projetos de habitação de interesse social

SEM MUITOS RECURSOS PÚBLICOS PARA GRANDES INTERVENÇÕES URBANAS, OS PROJETOS PREMIADOS NESTA EDIÇÃO PRIORIZARAM PARCERIAS, SOLUÇÕES SIMPLES, INTELIGENTES E INOVADORAS. OS GESTORES PÚBLICOS DE ESTADOS E MUNICÍPIOS APOSTARAM NO PLANEJAMENTO E NA CRIATIVIDADE PARA ENFRENTAR OS PROBLEMAS DE ESCASSEZ DE RECURSOS FINANCEIROS E PROSSEGUIR COM OS PROGRAMAS HABITACIONAIS PARA A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA.

CATEGORIA RELEVÂNCIA SOCIAL

LOCAÇÃO SOCIAL PARA IDOSOS NA CIDADE DE SÃO PAULO

Companhia Metropolitana de Habitação – Cohab São Paulo/SP

O Programa de Locação Social em São Paulo é destinado a famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos. A modalidade, voltada exclusivamente para idosos, resultou na construção de dois empreendimentos: o Palacete dos Artistas, realizado a partir de um projeto de *retrofit* de um hotel, que se destina exclusivamente a abrigar artistas, e fica localizado na rua São João, no centro de São Paulo. E a Vila dos Idosos, que foi construída no bairro Pari. O valor do aluguel é subsidiado pelo poder público e compromete de 10 a 15% da renda familiar.



PROGRAMA HABITACIONAL FINANCIADO E SUBSIDIADO

Agência de Habitação do Estado do Mato Grosso do Sul – Agehab/MS

O estado do Mato Grosso do Sul está concedendo um subsídio financeiro adicional aos valores aportados pelo Governo Federal e pelo FGTS para viabilizar a capacidade de financiamento das famílias com renda mensal de R\$ 1.300 a R\$ 3.500,00. Essas famílias têm renda superior à faixa um e não conseguiram fazer o financiamento de imóveis da faixa 2 do PMCMV. O programa é operacionalizado em parceria com entidades da sociedade civil sem fins lucrativos (ONGs) que atuam como entidades organizadoras.

Os critérios de seleção privilegiaram as famílias com maior fragilidade social e econômica, respeitando as cotas de reservas de idosos e pessoas com deficiência.



Troféus entregues aos ganhadores do prêmio Selo de Mérito 2017

CATEGORIA PROJETOS DE URBANISMO E ARQUITETURA PARA CONJUNTOS HABITACIONAIS

URBANIZAÇÃO INTEGRADA DO COMPLEXO AREIÃO, SABESP, VILA DOS ESTUDANTES E MONTE SIÃO

Secretaria Municipal de Habitação de São Bernardo do Campo/SP

Este projeto foi desenvolvido no município de São Bernardo do Campo para realizar a urbanização integrada dos assentamentos localizados na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Billings (APRM-B), por meio da implantação de infraestrutura urbana, regularização fundiária e recuperação ambiental. O projeto assegurou solução habitacional para 3.299 famílias atendidas com as obras de urbanização e produção habitacional.



MINHA CASA MAIS SUSTENTÁVEL

Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

O projeto Minha Casa Mais Sustentável resultou de uma parceria bem-sucedida entre a Sedur, a Universidade Federal da Bahia, o Governo Federal e o município de Feira de Santana, que tem por objetivo construir um empreendimento habitacional sustentável para a população da Faixa 1 do PMCMV. O projeto abrange 380 apartamentos, dispostos em 30 prédios (maquete ao lado) implantados urbanisticamente de modo a oferecer melhores condições térmicas e de iluminação com menor problema de vizinhança. Conta com sistemas de aproveitamento de águas de chuva, utilização de placas de energia fotovoltaica, entre outros.

Trata-se de um protótipo aguardando recursos do PMCMV para ser construído.

CATEGORIA AÇÕES, PLANOS E/OU PROGRAMAS DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL



SISTEMA DE INFORMAÇÕES SOBRE NECESSIDADES HABITACIONAIS DO PARANÁ – SISPEHIS

Companhia de Habitação do Paraná – Cohapar

O Plano Estadual de Habitação de Interesse Social do Paraná (PEHIS-PR) traduz a política habitacional do estado em ações concretas com prazos, programas, recursos e responsabilidades. A principal fonte de informação do plano é o Sistema de Informação sobre Necessidades Habitacionais do Paraná, que é um mecanismo de monitoramento e avaliação do PEHIS-PR. Dos 399 municípios do estado, estão atualizados os dados de 376, o que permite a atualização constante e precisa dos cálculos do déficit quantitativo e qualitativo. O sistema também caracteriza as áreas de assentamento precário de cada município e indica o tipo de Intervenção necessária.

PROJETO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA "FÉ EM DEUS"

Companhia de Habitação do Estado do Pará – Cohab/PA

A ocupação irregular da comunidade Fé em Deus (área total de 467.768,32 m²) foi escolhida para integrar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) por apresentar infraestrutura precária e abrigar população de baixa renda. O projeto contemplou várias ações, dentre as quais a de regularização fundiária e de ordenamento territorial. Os critérios de participação das 1.600 famílias consistiam em renda familiar bruta de até 5 salários mínimos, não possuir outro imóvel, morar na área do projeto no mínimo há 5 anos e ocupar lote com área mínima de 44 m². O montante estimado para o projeto é de R\$ 787.588,43, sendo R\$ 674.603,43 correspondentes ao contrato de repasse do PAC, e R\$ 112.985,00 de contrapartida do governo do estado.



PROGRAMA MUNICIPAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA "CHÃO LEGAL"

Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém/PA – Codem

O projeto busca a inclusão social de famílias residentes em assentamentos nos projetos habitacionais do programa Viver Belém – MCMV. O intuito é transformar áreas de assentamentos irregulares, bem como as Áreas de Proteção Permanente (APPs), antes ocupadas irregularmente, em espaços de convivência para garantir aos cidadãos o acesso à cidade formal. Foi selecionada a área de Bom Jardim/Baixada Fluminense, que será revitalizada com a implementação de um lago com paisagismo, cinturão sanitário, via de passeio para a população com ciclovia, academia ao ar livre, entre outros benefícios.



PPP HABITACIONAL DO CENTRO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo

A primeira Parceria Público-Privada (PPP) de habitação social do Brasil foi realizada pela Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo em parceria com a empresa Canopus. O projeto visa à criação de 10 mil unidades habitacionais populares no centro da cidade de São Paulo. Do total das unidades habitacionais, 90% serão destinados a quem ganha até cinco salários mínimos, e os demais, a famílias que recebem até dez salários.

O programa atenderá famílias que moram fora da área central

da cidade mas que tenham membros que trabalham nesta região. Os compradores dos imóveis deverão pagar um preço menor do que um aluguel no centro.

CONCURSO PÚBLICO DE PROJETOS DE ARQUITETURA

Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – Codhab/DF

Em Brasília, os empreendimentos habitacionais estão sendo projetados pelos melhores escritórios de arquitetura do Brasil, por meio de concursos públicos realizados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF. Ao invés de contratar pessoal ou um escritório específico para desenvolver um projeto, a Codhab optou por lançar editais de abrangência nacional, possibilitando que centenas de profissionais apresentem suas propostas. Após a seleção, esses projetos são detalhados para licitação da obra. Já foram lançados oito editais para equipamentos públicos (escolas e postos de saúde) e habitação coletiva. Entre os critérios de seleção estão itens como eficiência energética, eficiência na manutenção e viabilidade técnico-constructiva e econômica.



CATEGORIA CONJUNTOS HABITACIONAIS COM CERTIFICAÇÃO TECNOLÓGICA



MORADIAS NILO

Companhia de Habitação de Curitiba/PR – Cohab/CT

O conjunto habitacional Moradias Nilo é o primeiro empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida construído com o sistema *Wood Frame*, que consiste na construção das casas (painéis) utilizando materiais de recursos renováveis e recicláveis, atendendo todos os requisitos da NBR 15.575 – que regulamenta os itens de qualidade e conforto das moradias. Os moradores do bairro Vila Nova, em Curitiba, que viviam em ocupações irregulares na beira de um córrego, em condições de risco, foram os beneficiados. Foram empregados também aquecedores solares que geram redução de 50% na conta de energia.

SELO DE MÉRITO ESPECIAL



REQUISITOS PARA UM BAIRRO SUSTENTÁVEL

Companhia de Habitação de Ponta Grossa/PR – Prolar

O conjunto habitacional Parque das Andorinhas, em Ponta Grossa, é um atendimento de ocupação mista, das Faixas 1 e 2 do PMCMV. Atende à necessidade de redução de vazios urbanos, sendo construído em terreno próximo ao centro da cidade, contando no seu entorno com todos os equipamentos sociais, além da estrutura de comércio, lazer e serviços. O empreendimento também conta com a implantação de sistemas de captação de água de chuva e placas de aquecimento solar, que garantem a redução com o gasto de água e energia elétrica.

IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL

Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU

O Comitê de Sustentabilidade da CDHU implantou no condomínio Pontes Gestal F o sistema de energia fotovoltaico. Foram instalados no telhado de cada uma das 14 casas do conjunto quatro módulos fotovoltaicos. O investimento das placas foi feito pela concessionária Elektro. Neste sistema, a energia não fica acumulada, pois é utilizada no consumo geral da casa, e o excedente é transferido para a rede de distribuição. Por isso, o relógio de energia é substituído pela concessionária por um bidirecional, que registra tanto consumo como geração de energia. Além disso, a medida tem baixo custo de manutenção.



CASA SOLAR: EFICIÊNCIA ENERGÉTICA E INCLUSÃO SOCIAL EM MORADIAS POPULARES

Agência de Habitação do Estado de Goiás – Agehab/GO

O Programa Casa Solar tem a missão de dotar as moradias de interesse social de Goiás com novas tecnologias para garantir a eficiência energética e a sustentabilidade dos empreendimentos habitacionais por meio do sistema fotovoltaico. Foram instaladas placas fotovoltaicas e lâmpadas de LED ligadas à rede da companhia energética do estado para gerar economia na conta de luz. O projeto prevê também a qualificação profissional dos moradores para atuarem na implantação e manutenção desse

sistema. O projeto já foi implantado em 338 moradias. A meta da Agehab é levar o projeto para mais dois municípios, totalizando 1,2 mil residências.

MORAR MELHOR

Secretaria Municipal
de Infraestrutura e Obras
Públicas de Salvador/BA



O programa Morar Melhor tem a finalidade de melhorar as condições de moradia nos 160 bairros e 3 ilhas da cidade de Salvador, por meio de reforma e requalificação das habitações, abrangendo condições sanitárias, reboco, pintura e outros aspectos que proporcionem mais qualidade de vida aos moradores. O programa já reformou 12.442 unidades habitacionais. Os bairros foram selecionados com base em dados do IBGE de 2010, priorizando os domicílios com alvenaria sem revestimento e famílias com renda mensal de até 3 salários mínimos. A prefeitura de Salvador já investiu cerca de R\$ 52 milhões.



EXPOHAB

Companhia Estadual
de Habitação Popular
da Paraíba – Cehap/PB

A Expohab Paraíba foi um "Concurso Público de Ideias e Tecnologias Conscientes para Habitação Popular". O intuito foi estimular o desenvolvimento de

projetos que incentivem o uso racional dos recursos naturais e a aplicação dessas novas tecnologias nas habitações de interesse social. O regulamento do concurso previu a participação de estudantes, pesquisadores, profissionais independentes e inventores de todo o país. Os projetos inscritos deveriam estar em acordo com os aspectos abordados no Manual de Construção Consciente e enquadrados nas áreas de urbanismo, edificação e/ou infraestrutura. Os projetos vencedores foram premiados com valores que podem chegar a R\$ 10.000,00. O objetivo da Cehap foi aproveitar o potencial criativo para aperfeiçoar a forma de produção para habitação de baixa renda.



Para obter bons resultados



é preciso conhecer melhor
as reais necessidades
dos seus clientes.

Base móvel de atendimento





*Direcional.
Construindo
moradias,
realizando
sonhos.*

**Uma empresa não é grande pelo seu tamanho,
mas por sua história.**

Para nós, não existe emoção maior que a felicidade
de tanta gente que conquistou o direito de ter um lar.

Direcional. Há 36 anos, mudando a vida de milhares de brasileiros.

perceptivo

A DIRECIONAL EM NÚMEROS

 **36 Anos**
de mercado

 **2ª Maior**
Construtora do país
Ranking ITC 2016*

 **+130 Mil**
Unidades entregues
e/ou incorporadas

 **+11 Mil**
Colaboradores
diretos



*Ranking ITC (Inteligência Empresarial da Construção).

www.direcional.com.br

DIRECIONAL

ABC apresenta soluções sustentáveis e tecnológicas para a habitação

O evento internacional promovido pelo Instituto Smart City contou com a participação da ABC nos dois últimos anos

A busca de novos modelos de soluções sustentáveis e a implantação dessas tecnologias na habitação de interesse social foram temas que a Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC) abordou no Smart City Business América Congress & Expo, realizado em Curitiba, de 22 a 24 de maio. O objetivo do evento é buscar acelerar o desenvolvimento das *Smart Cities* na América Latina através do *networking*, debates e geração de negócios entre os setores público e privado.

Indicadores de cidades sustentáveis

“O conceito de sustentabilidade é amplo, e por isso há necessidade de estabelecer indicadores para definir quais são as características de uma cidade, bairro ou empreendimentos habitacionais”, explicou o professor Alex Abiko, da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), convidado pela ABC para apresentar a ISO 37120/2017, que estabelece indicadores para serviços urbanos e qualidade de vida no Brasil.

Por outro lado, para mostrar exemplos práticos de empreendimentos sustentáveis realizados por estados e municípios, a ABC apresentou os casos de sucesso da Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar/PR) e da Companhia de



Rafael Silva / Cohab-Curitiba

Os pré-requisitos e características de empreendimentos habitacionais sustentáveis foram debatidos por gestores públicos de entidades filiadas à ABC no Smart City. À esquerda, a mediadora da mesa, Jocely Loyola (Cohapar/PR), e a presidente da ABC, Maria do Carmo Avesani Lopez. Ao centro, a presidente da Cehap/PB, Emilia Corrêa, e o vice-presidente da ABC e presidente da Prolar, Dino Athos Schrut. À direita o diretor de Tecnologia da empresa Habicad, Adriano Krzyuy, e o diretor técnico da Cohab-Curitiba/PR, Mauro Kugler.

Habitação Popular do Estado da Paraíba (Cehap). No primeiro caso, o município aproveitou o vazio urbano para produzir um conjunto habitacional com recursos do PMCMV, próximo a todos os equipamentos públicos, sociais e de serviços, que ainda conta com equipamentos para produção de energia solar e aproveitamento de água das chuvas. No caso do estado da Paraíba, o projeto foi realizado no município de Guarabira. A Cehap deu prosseguimento ao seu projeto de utilização de energia fotovoltaica no programa Cidade Madura, que atende à população idosa. A energia produzida por esse sistema é vendida para o órgão distribuidor, garantindo a economia na conta de luz. Dependendo do volume de produção de energia e do preço do momento, esse sistema, além de ser fonte de energia limpa, ainda pode gerar lucro para a população que a produz.

Inovação e gestão pública

A CDHU, Companhia de Habitação do Estado de São Paulo, apresentou duas experiências de uso de tecnologia a serviço da habitação de interesse social: o *Customer Relationship Management* (CRM), que sistematiza e armazena dados atualizados do cliente e do imóvel produzido e comercializado pela companhia. O sistema aproximou os mutuários à companhia, pois as demandas estão descritas e agrupadas por beneficiário, com grande redução do tempo de solução, melhorando significativamente a adimplência.

A CDHU também apresentou o seu projeto-piloto que pretende instalar equipamentos para produção de energia fotovoltaica em todos os seus empreendimentos no estado de São Paulo.

PROLAR, UM ORGULHO PARA A CIDADE DE PONTA GROSSA.



25 MIL
FAMÍLIAS
BENEFICIADAS

A **Companhia de Habitação de Ponta Grossa** trabalhou muito, planejou suas ações e esteve o tempo todo perto da população, gerando bem estar e qualidade de vida para mais de 25 mil famílias beneficiadas com unidades habitacionais em 28 anos de atuação. O fruto desse trabalho foi receber o selo de Mérito no **64º Fórum Nacional de Habitação**, categoria "Requisitos para um bairro sustentável".

Cadastro on-line aproxima famílias paranaenses do sonho da casa própria

Novo sistema adotado pela Cohapar reduz custos e torna processo de inscrição mais simples, rápido e integrado

Com o intuito de modernizar o sistema de cadastramento de famílias para a implantação de novos empreendimentos, a Companhia de Habitação do Paraná (Cohapar) acaba de lançar um sistema que permite aos cidadãos realizarem a sua inscrição de forma digital. A partir de agora, os interessados em adquirir uma casa própria podem fazer todo o processo de qualquer lugar através de um computador, celular ou outros dispositivos eletrônicos conectados à internet.

Até então, as pessoas deviam comparecer pessoalmente às prefeituras ou em atendimentos com datas pré-determinadas pelas equipes dos escritórios regionais da companhia no interior do estado. Com a mudança, o processo se torna mais democrático e pode ser feito de qualquer lugar e em qualquer horário.



O sistema integrado de gerenciamento de cadastros lançado pela Cohapar permite que os usuários realizem inscrições on-line e torna o processo mais eficiente.

Sem acesso? Sem problema!

Apesar da popularização da internet, parte do público atendido pelos projetos de habitação de interesse social continua tendo dificuldades de acesso. Para estas pessoas, a Cohapar oferece a estrutura física da sua sede, em Curitiba, além dos 12 escritórios regionais e postos de atendimento espalhados pelo Paraná.

De forma complementar e em parceria com as administrações municipais, funcionários de carreira das

prefeituras estão sendo capacitados para orientar e auxiliar as famílias mais carentes a efetuarem o cadastro. Segundo o presidente da Cohapar, Abelardo Lupion, a medida dá mais credibilidade e transparência ao processo.

“Mesmo aquelas famílias que não possuem acesso à internet, que fazem parte do público prioritário da Cohapar, continuarão assistidas, com a diferença de que agora elas poderão acompanhar a sua situação em tempo real e de forma transparente”, enfatiza Lupion.



Dados permitem atuação estratégica

Além do benefício direto às famílias, a companhia também ganha com um sistema completamente digitalizado e integrado, com informações detalhadas sobre o déficit de moradias em cada localidade com base na fonte mais confiável: a própria população a ser atendida.

Para Lupion, a mudança permite que os esforços da empresa se concentrem onde as ações do poder público são mais necessárias. “Com esta ferramenta, a Cohapar garante eficiência máxima na promoção do desenvolvimento socioeconômico do Paraná através da habitação popular”, conclui.

A CURY DESENVOLVE PROJETOS
FAIXA 1 E FAIXA 1,5
 CONTRIBUINDO PARA O SUCESSO
 DA POLÍTICA HABITACIONAL
 DO SEU MUNICÍPIO.

EXPERTISE DE 48 MIL
 APARTAMENTOS ENTREGUES EM MAIS
 DE 30 CIDADES NO BRASIL.



EMPREENDIMENTOS **FAIXA 1**



FOTO DO LOCAL

JUNDIAPEBA



FOTO DO LOCAL

SOROCABA



FOTO DO LOCAL

SUZANO

EMPREENDIMENTOS **FAIXA 1,5**



PERSPECTIVA
 ILUSTRATIVA DA
 PRAÇA DE JOGOS



PERSPECTIVA
 ILUSTRATIVA DA
 CHURRASQUEIRA



PERSPECTIVA
 ILUSTRATIVA DA
 QUADRA GRAMADA



CURY
 A CONSTRUTORA DA SUA CASA

55
 ANOS
 CRED. 02.02870-3

55 ANOS DE EXPERIÊNCIA
 EM ENTREGAR COM EXCELÊNCIA
 O SONHO DE MILHARES DE PESSOAS.

WWW.CURY.NET • 3830-3151

Goiás inova ao implantar residenciais com geração de energia fotovoltaica

O governo de Goiás torna-se referência mais uma vez em política habitacional para o país ao implantar o seu primeiro residencial de interesse social unifamiliar com sistemas de geração de energia fotovoltaica. É o primeiro em escala, e o primeiro do projeto Casa Solar da Agência Goiana de Habitação (Agehab). O residencial Luciano Peixoto, em Pirenópolis – cidade histórica de 20 mil habitantes –, foi inaugurado em junho último com 149 moradias dotadas de placa de geração de energia solar fotovoltaica, ligadas à rede de energia elétrica da Celg. A meta da primeira etapa do projeto é beneficiar 1,2 mil famílias em quatro municípios: Pirenópolis, Alto Paraíso, Caçu e Palmeiras.

O presidente da Agehab, Luiz Stival, ressalta o empenho da agência em implantar projetos que promovam a inclusão social das famílias atendidas pelos programas habitacionais, como a qualificação dos beneficiá-

rios para atuar com estes sistemas fotovoltaicos. “Foram realizados cursos para os beneficiários interessados em atuar nesse novo ramo que tem crescido muito. Criamos oportunidades de geração de emprego e renda para as famílias, que poderão cuidar da manutenção dos sistemas de sua própria casa e dos vizinhos, além de vislumbrar uma nova profissão”, frisa Luiz Stival.

O residencial Luciano Peixoto impactou a vida das famílias que receberam as moradias, como a da monitora escolar Maria Eleusa Coelho, 50 anos, que ganha pouco mais de R\$ 1 mil. “Essa casa é a primeira da minha vida e a segurança de um futuro melhor para o meu filho, que mora comigo. Também terei uma boa economia com a conta de luz. Isso vai me ajudar muito, com certeza”, disse Eleusa ao receber as chaves da casa nova, junto com o filho Eduardo Abreu, 20 anos, estudante de Farmácia.



Inclusão social e sustentabilidade

O projeto Casa Solar, concebido e executado pela Agehab, alia quatro importantes aspectos socioeconômicos e ambientais: inclusão social, com a garantia da moradia digna para as famílias de baixa renda; economia, que pode chegar a 70% na conta de energia; sustentabilidade com o uso de energias alternativas e a geração de emprego e renda, com a capacitação dos beneficiários que vão dar manutenção nas placas e podem empreender na área da energia solar fotovoltaica.

No Residencial Luciano Peixoto foram investidos R\$ 8 milhões para construção das 149 moradias, sendo 3,5 milhões do Cheque Mais Moradia, do governo de Goiás, que custeou integralmente a energia fotovoltaica, com cerca de 3 mil reais por unidade. Em Alto Paraíso, nas 40 unidades do setor Novo Horizonte, também foram investidos 3 mil reais por unidade na instalação das placas, totalizando 120 mil reais.

O Projeto Casa Solar, da Agehab, criado em 2016, tem se destacado em várias instâncias pela relevância social, ambiental e inovação



Seguro Habitacional

Proteção completa para Unidades Habitacionais.

A Excelsior Seguros possui ampla e longa expertise no Seguro Habitacional, oferecendo as coberturas de Danos Físicos ao Imóvel (DFI) e Morte ou Invalidez Permanente do Titular (MIP). Este Seguro é contratado principalmente por Companhias de Habitação, Construtores, Incorporadores e demais agentes financeiros.

Habitação e tecnologia: a experiência de Ponta Grossa, no Paraná

O município de Ponta Grossa está localizado na região central do estado do Paraná, com mais de 300 mil habitantes, é a principal cidade da região denominada Campos Gerais, que é composta por 65 municípios. Nessa condição, recebe a demanda dos municípios menores tanto por serviços quanto por moradia.

Até o final de 2013, a Companhia de Habitação de Ponta Grossa (Prolar) não possuía instrumentos de triagem para atender à demanda por moradia, até mesmo no âmbito local, ficando com suas estruturas sobrecarregadas, principalmente, na área social.

Em 2014, a Prolar começou a investir em tecnologia para mudar essa realidade, e em pouco menos de seis meses apresentou resultados satisfatórios, especialmente com a redução do tempo de resposta à população que demanda por esse atendimento. Por exemplo, uma demanda que era respondida em um ano passou a ter uma solução em três meses.

Com a implantação de novas tecnologias e a inovação dos processos gerenciais, o passo seguinte foi tornar mais eficiente o acompanhamento interno da evolução das condições socioeconômicas da população atendida pela companhia. Isso foi possível com a implantação do sistema "Habicad" em 2016. Esse sistema tem como escopo principal o gerenciamento de cadastros socioeconômicos



e de empreendimentos, em conformidade com a legislação que rege a matéria, tanto em nível nacional, pelo PMCMV, quanto em nível local. Graças a essa iniciativa pode-se afirmar que foi inaugurada uma nova etapa de inovação e uso da tecnologia pela companhia, beneficiando toda a população da região dos Campos Gerais.

Dando sequência ao processo de busca por maior produtividade, a Prolar implementou a plataforma *Teamwork*, que é uma ferramenta de gerenciamento de projetos *on-line* que possibilitou a maximização da capacidade da equipe de funcionários, a agilidade e a eficiência na comunicação com a população. Essa ferramenta deu maior transparência na produção e proporcionou uma capacidade de

auditar o resultado de cada funcionário, além de permitir a definição de prazos e possibilitar a inclusão de comentários.

O agendamento *on-line* proveniente do sistema Habicad pode ser feito de qualquer dispositivo conectado à internet ou mesmo do totem eletrônico disponível na sede da companhia. O sistema possibilita realizar alterações no cadastro e obter informações em geral.

Segundo o presidente da Prolar, Dino Schrut, o uso da tecnologia adequada contribui para os resultados positivos da organização, equacionamento dos custos a curto, médio e longo prazo e melhoria da eficiência, o que viabiliza o alcance dos seus objetivos de atender melhor à população.



No programa Chão Legal, o processo de regularização fundiária é totalmente gratuito

Programa Chão Legal garante direito à moradia em Belém

A previsão da Codem é de que até o final deste ano sejam entregues 2.800 novos títulos de propriedade e mais 3.000 em 2018

O programa Chão Legal foi implantado em Belém com o objetivo de promover o direito social da moradia às pessoas de baixa renda. Apesar de não trabalhar diretamente com a construção e geração de habitações, o programa promove a regularização fundiária de forma totalmente gratuita, garantindo ao proprietário o registro do terreno em cartório de imóveis. Além disso, é responsável pelo melhoramento urbanístico da área e pelo licenciamento ambiental, o que leva qualidade de vida para as pessoas do local.

Devido ao sucesso do programa, o Chão Legal foi agraciado com o prêmio Selo de Mérito pela primeira vez. Para selecionar os premiados, a ABC realizou uma avaliação nacional de programas, desde a implantação até os resultados que podem ser gerados.

Segundo o último censo do IBGE realizado no município, em 2010, a irregularidade fundiária na cidade naquele período era de aproximadamente 52%. Devido ao êxodo rural e à ocupação não planejada que Belém vivencia desde a sua fundação, há mais de 400 anos, muitas famílias não se preocuparam em fazer qualquer tipo de documentação de seus imóveis. Portanto, a regularização se torna ainda mais difícil e abrangente.

O diretor de Gestão Fundiária da Codem, Danilo Soares, ressalta que a premiação é o reconhecimento do trabalho que vem sendo desenvolvido no município, e também um estímulo a mais para vencer os grandes desafios da regularização fundiária

em Belém. “Ao mesmo tempo em que é reconhecida a importância deste trabalho, também aumenta a nossa responsabilidade. Porque se você se torna referência em uma área de atuação, seu compromisso deve ser ainda maior para manter e superar esses resultados”, afirmou.

“Para o município, os benefícios são muitos: o planejamento territorial de ações de políticas públicas, identificação do número de imóveis, de quantas famílias. Então, toda essa parte do censo auxilia no planejamento da ação estratégica do município”, garantiu Soares.

O presidente da Codem, João Cláudio Klautau, ainda destacou que o trabalho de regularização fundiária é responsável pelo fomento de atividades econômicas no município. “Aquele imóvel regularizado servirá de garantia para que o proprietário tenha crédito junto ao banco e faça, por exemplo, construções, reformas, melhorias no seu terreno. Então acaba circulando renda naquela comunidade”, finalizou.

Pernambuco investe em regularização fundiária

O estado vem trabalhando para entregar títulos de posse para a população

A concretização de um sonho. Esse é o sentimento que as famílias expressam ao receberem, em mãos, o título de posse de seus imóveis. O documento garante mais do que a satisfação de ter uma casa: é a segurança que aquela área é de sua propriedade. A Secretaria de Habitação de Pernambuco, por meio da Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab), órgão vinculado à pasta, trata o assunto com tanta importância que conta com uma gerência dedicada a realizar esse trabalho.

Ao todo, entre os anos de 2015 e 2017, foram iniciados mais de 7 mil processos de regularização fundiária, beneficiando 35 mil pessoas no estado. Entre esses beneficiários, mais de 5 mil títulos estão destinados aos moradores da Ponte do Maduro, uma ocupação na área central do Recife, no entorno do bairro de Campo Grande, que deu origem a quatro comunidades ribeirinhas: Ilha do Chié, Ilha do Joaneiro, Ilha de Santo Amaro e Ilha de Santa Terezinha.

Composto por manguezais, o local tornou-se um lar para milhares de famílias que, na década de 1930, fugiram da seca e da dureza do corte da cana. Ao longo do tempo,

a área sofreu intervenções urbanísticas que culminaram na regularização fundiária. A consolidação da área, no entanto, não foi fácil. Obras de grande porte, a exemplo da Avenida Agamenon Magalhães – uma das principais vias da capital – exigiu luta da população para garantir sua permanência.

O trabalho do estado na localidade foi iniciado no primeiro governo de Miguel Arraes (1963-1964), quando foram feitos investimentos pontuais na infraestrutura. As políticas habitacionais nas quatro comunidades foram retomadas em 2008, na gestão do ex-governador Eduardo Campos. Hoje, o governador Paulo Câmara tem como foco concluir a entrega dos títulos e o processo de regularização fundiária da área.

A Ponte do Maduro foi dividida em 5.743 lotes, a partir de um estudo socioeconômico. Dos 5.743 títulos previstos para o local, 300 já foram entregues, 1.137 serão entregues até o final deste ano de 2017, e os pouco mais de 4 mil restantes estão em produção.

Para o titular da pasta de Habitação, Kaio Maniçoba, a entrega desses títulos encerrará um ciclo de resistência das famílias. “A posse definitiva desses imóveis é uma conquista imensurável para as famílias da Ponte do Maduro e também das outras localidades que lutam pela regularização. Com esse trabalho estamos assegurando os benefícios sociais para mais de 30 mil pernambucanos, a segurança da posse de um lar, concretizando o sonho de uma vida inteira”, afirmou Maniçoba.



A escritura definitiva é um documento que garante a propriedade da área a famílias que residem no local, garantindo todos os benefícios sociais e legais relativos à propriedade definitiva do imóvel

A MRV apresenta: O dia em que o futuro chegou.

Já é realidade. Este ano, mais de 17 mil famílias brasileiras serão beneficiadas com a Energia Solar nas áreas comuns dos seus condomínios. Para os nossos clientes, uma grande economia na conta de luz. Para o planeta, a preservação dos seus recursos naturais. E tem mais: em cinco anos, 100% dos empreendimentos MRV serão entregues com Energia Solar. É a maior construtora da América Latina sendo a maior também no cuidado com o mundo que vamos deixar para as futuras gerações.

MRV
Engenharia

Mais que apartamentos,
o novo jeito MRV de viver.

CDHU implanta sistema de energia fotovoltaica nos conjuntos habitacionais

A companhia tem projetos-piloto no interior de São Paulo que prevê reduzir em média R\$ 30 na conta de luz de cada família

A implantação de geradores fotovoltaicos realizada com pioneirismo pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) tem baixo custo de manutenção e é resultado da experiência com projetos-piloto que a companhia vem implantando desde o começo de 2017.

“O governo de São Paulo sempre esteve à frente de inovações para moradias de interesse social. A CDHU, em seus mais de 50 anos, já fez isso com os aquecedores solares para água de chuveiro, individualização da medição de água e agora vamos fazer isso com a energia fotovoltaica”, afirmou o secretário estadual da Habitação, Rodrigo Garcia.

Desde fevereiro deste ano, foram instaladas quatro placas no conjunto Pontes Gestal F, que geram aproximadamente 130 kWh/mês. Os outros dois projetos-piloto foram realizados em oito casas no residencial Elisiário C2 e três no residencial Itatinga F.

O empreendimento Aparecida B, na região de São José dos Campos, será o primeiro com a instalação dos módulos nas suas 62 unidades habitacionais para famílias de baixa renda. O investimento previsto para a construção de todo

o empreendimento é de R\$ 9,3 milhões e as obras devem começar neste mês de outubro.

No total, serão instalados 152 módulos fotovoltaicos no telhado dos quatro blocos, que irão gerar em torno de 4.760 kWh/mês. Para as moradias está prevista a geração de 50 kWh (quilowatt-hora/mês por habitação), o que representa cerca de R\$ 30 de economia na conta mensal de cada família.

A energia gerada é utilizada no consumo geral da residência e o excedente é disponibilizado na rede de fornecimento da distribuidora. Quando não houver produ-

ção de energia, seja à noite ou em dias com forte nebulosidade, as residências são abastecidas pela eletricidade da rede.

A produção de energia pode variar de acordo com a posição que os módulos fotovoltaicos são instalados, e também pelo perfil de consumo das famílias. Isso depende da angulação da casa em relação ao sol, do clima e do número de moradores.

Essa novidade é resultado da parceria entre as secretarias da Habitação e de Energia e Mineração, por meio do convênio firmado em dezembro de 2016.

A energia gerada é utilizada no consumo geral da residência e o excedente é disponibilizado na rede de fornecimento da distribuidora



**SONHO
CONTÍNUO,
SOLIDEZ EM
MOVIMENTO.**

Tudo começa com os sonhos, somados às realidades do mercado e à dedicação apaixonada. Desde 1997, eles movem a vida da construtora **Plano&Plano**, gerando a energia da inspiração e dos resultados. Propagam confiança e satisfação entre clientes, parceiros e investidores. E fazem da nossa busca pela excelência uma referência, da estrutura de gestão um modelo, da integridade uma marca.

**CONTINUIDADE E SOLIDEZ QUE O TEMPO
NÃO DESGASTA, SÓ RENOVA E REFORÇA.**



INSPIRE BARUERI
FASE ÁGUAS



PLANO & PLANO

20 anos

SONHO CONTÍNUO, SOLIDEZ EM MOVIMENTO.

www.planoepiano.com.br



TOP IMOBILIÁRIO
NAS TRÊS CATEGORIAS



Cohab-SP inova no programa de locação social para idosos

O Programa de Habitação Social para Idosos, mantido pela Sehab/Cohab-SP, é um dos vencedores do Selo de Mérito 2017, promovido pela Associação Brasileira de Cohabs e Agentes Públicos de Habitação (ABC). O trabalho correu na categoria Relevância Social e/ou Urbana.

Iniciativa inovadora, estas unidades habitacionais do programa são voltadas para pessoas com renda de 0 a 3 salários mínimos, e que tenham acima de 60 anos de idade. O valor do aluguel é subsidiado pelo poder público e compromete de 10 a 15% da renda familiar.

São dois empreendimentos: o Programa de Habitação Social da Vila dos Idosos e do Residencial Palacete dos Artistas, com o total de 195 unidades habitacionais.



Vila dos Idosos

A Vila dos Idosos foi projetada com a finalidade de ser um conjunto residencial para a terceira idade. A ideia existia desde 1999, mas apenas em 2003 o terreno para a construção foi cedido pela prefeitura. O empreendimento completou 10 anos em agosto, tem 145 apartamentos e abriga cerca de 200 moradores. O projeto atende pessoas com mais de 60 anos, e oferece 25% das unidades adaptadas a portadores de deficiências físicas.

O terreno onde está edificado, no centro expandido de São Paulo, tem de 7.361,75 m². Contempla grande área verde, salão de festas, equipamentos de ginástica, salas de uso múltiplo, horta comunitária, espelho d'água e lavanderia coletiva.



Palacete dos Artistas

No residencial Palacete dos Artistas, o morador precisa ter exercido carreira artística e participado de associações do setor. O prédio era um antigo hotel que foi adquirido pela Cohab-SP em 2011 e transformado em habitação de interesse social.

O edifício Palacete dos Artistas foi inaugurado em dezembro de 2014. Está localizado na avenida São João, centro da cidade, possui 50 unidades, 10 por andar, habitadas por integrantes de diversas entidades do meio artístico.

Antigo Hotel Cineasta, o prédio passou por um trabalho de restauração que levou cerca de um ano e meio. Para a revitalização dos espaços foi utilizada a técnica denominada *retrofit*, que permite dar uso diferente do projeto original, mantendo as estruturas do imóvel.

Construído em 1920, o prédio funcionou como hotel até 2001



Bahia: foco na redução das diferenças

Habitação: responsabilidade que deve ser compartilhada

O déficit habitacional do estado da Bahia em 2010 estava em 551.133 UH, sendo o urbano de 367.395 UH e o rural de 183.737 UH. Era o pior déficit absoluto entre todos os estados da Federação para a faixa de renda de 0 a 3 salários mínimos. De acordo com os estudos da Fundação João Pinheiro (FJP), em 2012, 87,5% do déficit urbano estadual se encontrava nessa faixa.

Política do estado

Para atender à população de menor renda, o governo do estado priorizou projetos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e Programa Minha Casa, Minha Vida (Faixa 1), em parceria com o Governo Federal. Atuou na captação e aplicação de recursos externos e no investimento direto em programas de habitação de interesse social, alocando contrapartida financeira e terrenos.

As intervenções do PAC/FNHIS já beneficiaram mais de 40.000 famílias com ações de urbanização, saneamento e melhorias habitacionais, construindo mais de 4.000 novas habitações e, em intervenções na Região Metropolitana de Salvador (RMS) e Feira de Santana.

No PMCMV, as contratações atingiram 310 mil habitações, sendo mais de 206 mil para atender à Faixa 1.



As intervenções do PAC/FNHIS já beneficiaram mais de 40.000 famílias com ações de urbanização, saneamento e melhorias habitacionais

Somando todos os demais atendimentos a essa faixa, foram beneficiadas 250 mil famílias.

Nas ações com parcerias internacionais para urbanização integrada, foi beneficiada, entre outras, a comunidade de São Bartolomeu, às margens do rio do Cobre, com 724 famílias e cerca de 2/3 das habitações inundáveis na época das chuvas. Foram construídas 256 novas habitações. O impacto positivo desses programas levou a um déficit quantitativo, estimado para o final de 2016, de 347.254 UH (urbano – 165.159 UH e rural – 182.095 UH).

A demanda por habitação ainda é grande em todo o estado, principalmente na RMS, onde a população corresponde a 26% da população total do estado e o déficit urbano da Faixa 1 corresponde a 42,55%.



Atuais prioridades

Em um cenário de recursos escassos e na perspectiva de continuar atuando em habitação de interesse social, o governo da Bahia prioriza os trabalhos de pós ocupação; a prospecção de novas unidades habitacionais; a assistência técnica, capacitação e parceria com os municípios; a urbanização integrada; a parceria com a sociedade organizada e a regularização fundiária.

NOSSA MAIOR PREOCUPAÇÃO É EVITAR A SUA.

O mercado de seguros é o maior investidor institucional do Brasil, com ativos que ultrapassam R\$ 1 trilhão e garantem os benefícios aos segurados.



R\$ 259,8 bilhões
em benefícios pagos à sociedade



R\$ 2,2 bilhões
em benefícios previdenciários



17,5 milhões
de proprietários de automóveis segurados



R\$ 19,9 bilhões
em resgates de títulos de capitalização



R\$ 136,4 bilhões
em despesas médico-hospitalares e odontológicas



1,5 bilhão
de procedimentos autorizados, como exames, consultas e cirurgias



A Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) acredita firmemente na retomada do crescimento do país.



Conecte-se com a CNseg!

radio.cnseg.org.br

youtube.com/ocanalseguro



Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização



FÓRUM NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE
HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COHABS
E AGENTES PÚBLICOS DE HABITAÇÃO